

GARANTIA DE DIRETOS E PROBLEMATIZAÇÕES DA PRODUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS NA INFÂNCIA

Autores(as):

Maria Rozinetti Gonçalves – Universidade Paulista – Unip

Maria de Fátima Carvalho – Universidade Federal de São Paulo

Este trabalho objetiva a discussão sobre a incidência de diagnósticos médicos-clínicos na infância, mais especificamente na educação infantil e discute como este fenômeno tem ganhado notoriedade, sendo palco de embates e disputas e desempenhando um papel central na definição de políticas públicas, sobretudo de educação. Apresenta o relato de fragmentos de pesquisa que se articulam compondo o fenômeno e desenvolvendo reflexões e problematizações elaboradas pelas autoras em ações de pesquisa e formação docente. As ações têm como aporte premissas que se alinham à Psicologia Escolar Crítica, ao Modelo Social da Deficiência e Medicalização da Educação e à psicologia sócio-histórica no estudo crítico da vida escolarizada. A discussão ressalta que as classificações diagnósticas têm incidido sobre processos de escolarização e inclusão de crianças assumindo uma dimensão que necessita ser explicitada e problematizada, tanto pela educação quanto pela saúde, uma vez que dela decorrem implicações que têm produzido práticas de exclusão educacional e respostas reducionistas a diversos desafios que incidem sobre o sistema educacional, sobretudo na relação com os educandos com deficiência. Dessa perspectiva, é urgente compreender com profundidade as práticas e os usos dos diagnósticos, pois eles podem vir a ser um dispositivo de diferenciação negativa na disputa pela hegemonia, definindo e afirmando lugares, negando e garantindo direitos, selando destinos. Assim, em consonância com a Lei 13.935/19, conclui que uma atuação comprometida ética-politicamente com estes educandos deve estar na direção de fortalecer o direito intransigente de pertença e participação na escola regular e fortalecer o campo pedagógico, rompendo fragilidades históricas da relação Educação e Saúde.

Palavras-chave: Medicalização da Educação. Pessoas com deficiência. Direito à Escolarização Inclusiva.

Referências

ANGELUCCI, C. B. Medicalização das diferenças funcionais – continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. Nuances:

estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 25, n. 1, p. 116-134, jan./abr.2014.

GONÇALVES, M. G. Diagnósticos de deficiências e transtornos na educação infantil: dispositivos a serviço de que? Tese de Doutorado. Unifesp, 2022.

SILVA, C. S.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A contribuição do modelo social da deficiência a compreensão do Transtorno do Espectro Autista. Revista Educação Artes e Inclusão. Vol. 15, no. 2, abr-jun, 2019.

GONÇALVES, M. R. e CARVALHO, M. F. Diagnósticos de TEA na educação infantil - considerações sobre aumento, (im)precisão e efeitos sobre a educação de crianças. In FIDALGO, S. S.; CARVALHO, M. F. e CRUZ, F. M. (Orgs.) VULNERABILIDADES, RESISTÊNCIAS E INCLUSÃO. Repositório Unifesp.

<https://repositorio.unifesp.br/items/0c370d4f-349c-4433-a7da-48f21a65c05a>

SOUZA, M. P. R. Retomando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In: Medicalização de Crianças e Adolescentes. Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. Orgs. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. Casa do Psicólogo, 2010. p. 57-67.

VYGOTSKI, L.S. Obras Escogidas. Tomo V Fundamentos de defectologia. Trad.: Blank, J.G. Machado Grupo de Distribución, Madrid, 1997.